

Parecer nº 56/98

Data: 1998.05.27

Processo nº 328

Reclamante: Domingos José Fernandes Fevereiro

Entidade Reclamada: Director do Estabelecimento Prisional Regional de Monção.

1. Domingos José Fernandes Fevereiro, identificado nos autos, actualmente recluso no Estabelecimento Prisional Regional de Monção (EPRM), fez chegar ao Director deste Estabelecimento, em 16 de Dezembro de 1997, um requerimento onde solicita a reprodução por fotocópia do regulamento interno do EPRM bem como das eventuais alterações que o mesmo tenha sofrido.
2. Não tendo obtido qualquer resposta até 9 de Fevereiro de 1998, o cidadão requerente apresentou à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, com data de entrada de 11 de Fevereiro de 1998, uma reclamação do indeferimento tácito do pedido anterior.
3. A reclamação deu entrada em tempo oportuno. De facto, no momento da apresentação do requerimento à Comissão já se perfizera o prazo de 35 dias, previsto no nº 3 do art. 15º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (Lei de Acesso aos Documentos da Administração, conhecida pela sigla LADA).
4. Nos termos previstos na Constituição (art. 268º, nº 2) e na lei (arts. 4º, nº 2, alínea a) e 7º, nº 1, ambos da LADA), todos os cidadãos gozam do direito de acesso aos documentos administrativos de carácter não nominativo. Para que este direito seja exercido basta que, tratando-se de um suporte de informação elaborado ou detido pelo serviços da Administração pública no âmbito da actividade administrativa, qualquer interessado requeira o acesso ao documento segundo uma das formas previstas no art. 12º, nº 1 da LADA (consulta directa, reprodução ou passagem de certidão) e não

exista, face aos termos do pedido, qualquer fundamento legal para excluir ou protelar a divulgação dos elementos requeridos (tratar-se, por exemplo, de um documento nominativo, de um documento em que, mesmo após o expurgo desses elementos, se mantém o risco de fácil identificação dos dados pessoais, ou de um documento não sujeito ao regime da LADA).

5. Ora, a elaboração, a aprovação e a divulgação junto dos seus destinatários do regulamento interno de um estabelecimento prisional pressupõem necessariamente a incorporação textual das respectivas normas em um ou em vários documentos administrativos de carácter não nominativo. Conforme resulta da legislação específica sobre a matéria, o regulamento interno é um acto normativo produzido no exercício da função administrativa que vincula todos os residentes num estabelecimento prisional, em especial a sua população reclusa (cfr. o art. 185º do Decreto-Lei nº 265/79, de 1 de Agosto). Uma vez elaborado pelo director do estabelecimento prisional, aprovado pelo Director-Geral dos Serviços Prisionais e homologado pelo Ministro da Justiça, o regulamento interno deverá ser conservado em lugar a que os reclusos possam ter acesso (art. 185º, nºs 1 e 4 do Decreto-Lei nº 265/79). Acresce que, no momento de ingresso no estabelecimento, os serviços prisionais se encontram obrigados a entregar ao recluso um resumo do regulamento interno, devendo ainda informá-lo onde pode consultar o texto integral do regulamento (art. 185º, nº 5 do mesmo diploma legal). Como se vê, num caso particular - resumo do regulamento interno - encontramos-nos até perante um documento não nominativo que deve ser levado ao conhecimento pessoal dos seus destinatários.

Por outro lado, também não são aplicáveis ao caso quaisquer disposições da LADA impeditivas do acesso ao regulamento interno, designadamente os arts. 4º, nº 1, alíneas *b)* e *c)* e 8º (documentos nominativos), o art. 5º (documentos classificados), o art. 6º (documentos protegidos pelo segredo de justiça), o art. 7º, nºs 5 e 6 (documentos relativos a procedimentos não concluídos) ou o art. 7º, nº 7 (documentos com um regime específico de acesso). Não se vislumbra, portanto, qualquer obstáculo legal à

reprodução por fotocópia do regulamento interno do EPRM e das suas eventuais alterações.

Em conclusão, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos delibera, ao abrigo do art. 20º, nº 1 alínea *b*) da LADA, dar parecer favorável ao acesso, através de fotocópia, ao documento ou documentos - caso existam alterações ao regulamento interno não incorporadas no texto inicial - requeridos pelo ora reclamante ao Director do Estabelecimento Prisional Regional de Monção.

Lisboa, 27 de Maio de 1998

Vasco Almeida (Relator) – *Silva Marques* – *Narana Coissoró* – *Francisco de Brito* – *José Renato Gonçalves* – *Gameiro dos Santos* – *Branca do Amaral* – *Castro Martins* (Presidente)